

Habeas Corpus nº: 0004079-86.2014.8.17.0000 (0333318-4)
Comarca Origem: Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Olinda
Impetrante: José Humberto Alves de Lima
Paciente: Luciano Gomes da Silva
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Relator Substituto: Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Procuradora de Justiça: Dra. Maria Helena da Fonte
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

EMENTA

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTE ACUSADO DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MOTIVOS PARA A ACUSAÇÃO E PARA A CUSTÓDIA. MEDIDAS QUE SE JUSTIFICAM. CONDIÇÕES PESSOAIS SUPOSTAMENTE FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. TESE DE NEGATIVA DE AUTORIA. QUESTÃO FÁTICA QUE NÃO PODE SER AVERIGUADA NA VIA ELEITA. INDÍCIOS DE AUTORIA QUE BASTAM PARA A MEDIDA EXTREMA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. FEITO QUE CAMINHA DENTRO DA RAZOABILIDADE. PLURALIDADE DE RÉUS. MEDIDAS CAUTELARES INAPLICÁVEIS. ORDEM NÃO CONHECIDA COM RELAÇÃO À NEGATIVA DE AUTORIA, E, NA PARTE CONHECIDA, DENEGADA, À UNANIMIDADE DE VOTOS.

1. Se na decisão que recebeu a denúncia e decretou a prisão restou observado que a exordial acusatória preenche as formalidades do artigo 41 do CPP, expondo o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação dos acusados, a individualização das condutas, a classificação do crime e rol

testemunhal, possuindo, ainda, lastro probatório mínimo, o que configura justa causa para a ação penal, não merece prosperar a alegação de que não subsiste a acusação.

2. Se a prisão do paciente está devidamente fundamentada, com a observância dos requisitos legais, ressaltando-se que os indícios de autoria e a prova da materialidade estão consubstanciados nos autos, e que a aplicação da medida cautelar ganha corpo, como forma de garantir a aplicação da Lei Penal e medida de conveniência – exigência - da instrução criminal e da garantia da ordem pública, haja vista as notícias trazidas aos autos de que os denunciados apresentam condutas bastante perigosas, não há que se falar em constrangimento ilegal por ausência de requisitos para a custódia.

3. Condições pessoais supostamente favoráveis, por si sós, não são suficientes para elidir a manutenção da segregação cautelar quando a necessidade desta restar devidamente demonstrada, nos termos do art. 312 do CPP.

4. Não se mostra possível, na via ora utilizada, avaliar teses de negativa de autoria, tendo em vista que, para tanto, seria necessário um exame aprofundado das provas carreadas aos autos. Toda e qualquer discussão relativa à autoria deve ser reservada ao processo crime, com a devida instrução, por ser o momento oportuno para que a defesa técnica seja apresentada e faça provas em favor da paciente, sendo, portanto, a presente medida via imprópria para suscitar tais alegações.

5. Somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo quando este for motivado por descaso injustificado do Juízo. Ademais, complexidade do feito, pluralidade de réus, e necessidade de expedição de cartas precatórias justificam eventual dilação no andamento, nos limites da razoabilidade.

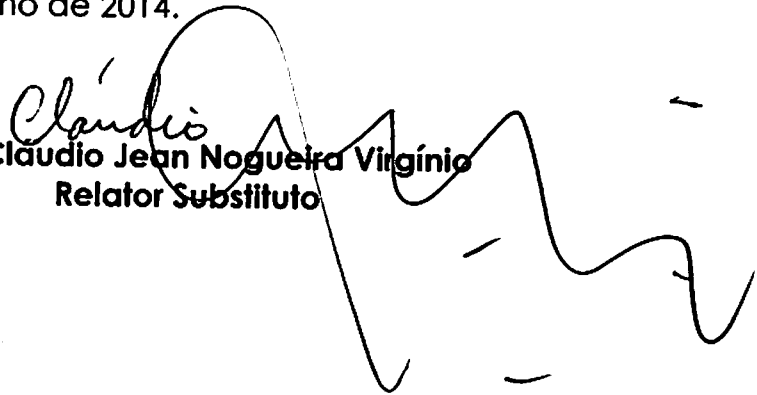
6. Estando presente a necessidade concreta da custódia, as medidas cautelares diversas da prisão (art. 319, CPP) não se mostram suficientes e adequadas à prevenção e repressão do crime apurado.

7. Ordem não conhecida com relação à negativa de autoria, e, na parte conhecida da medida, denegada, à unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de **Habeas Corpus nº 0333318-4**, em que figura como impetrante José Humberto Alves de Lima e como paciente **Luciano Gomes da Silva**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em não conhecer da alegação de negativa de autoria, e, na parte conhecida da medida, denegar a ordem, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 04 de junho de 2014.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator Substituto

Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

Habeas Corpus nº: 0004079-86.2014.8.17.0000 (0333318-4)
Comarca Origem: Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Olinda
Impetrante: José Humberto Alves de Lima
Paciente: Luciano Gomes da Silva
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Relator Substituto: Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Procuradora de Justiça: Dra. Maria Helena da Fonte
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

RELATÓRIO

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado por José Humberto Alves de Lima, em favor de **Luciano Gomes da Silva**, no qual é apontado como autoridade coatora o Juízo da Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Olinda (proc. nº. 0004329-93.2013.8.17.0990).

O impetrante sustenta que **não existem motivos para a acusação feita ao paciente, assim como para a prisão preventiva perpetrada.**

Esclarece que, conforme consta dos autos, **o paciente foi indiciado como incurso nas sanções do art. 121, §2º, do CP.**

Assevera, contudo, que ele **não participou da conduta criminosa**; que o fato narrado não se enquadra com as provas; que não houve a consumação do delito; que as **condições pessoais do acusado são favoráveis.**

Defende que deve ser concedida a liberdade provisória, de forma que o réu aguarde o desenrolar do processo em liberdade.

Destaca que, na origem, as audiências demoram a ser marcadas e que há **excesso de prazo na formação da culpa**.

Pede seja revogada a prisão, concedendo a liberdade ao acusado, e aplicando, se for o caso, alguma das medidas cautelares previstas em lei.

Juntou os documentos de fls. 07/25.

O **pedido liminar foi indeferido** (fls. 32).

Informações encaminhadas às fls. 38.

O parecer do Ministério Público foi pela **denegação da ordem** (fls. 76/79).

É o que havia a relatar, no essencial.

Recife, 04 de junho de 2014.


Des. Claudio Jean Nogueira Virgínio
Relator Substituto

Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

Habeas Corpus nº: 0004079-86.2014.8.17.0000 (0333318-4)
Comarca Origem: Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Olinda
Impetrante: José Humberto Alves de Lima
Paciente: Luciano Gomes da Silva
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Relator Substituto: Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Procuradora de Justiça: Dra. Maria Helena da Fonte
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

VOTO

Conforme relatado, pretende o impetrante seja **revogada a prisão** perpetrada, concedendo a liberdade ao acusado, e aplicando, se for o caso, alguma das **medidas cautelares previstas em lei**, eis que, segundo sustenta, **não existem motivos para a acusação e para a custódia, o acusado não praticou a conduta criminosa, as condições pessoais são favoráveis**, além de que há **excesso de prazo na formação da culpa**.

DOS MOTIVOS PARA A ACUSAÇÃO E PARA A CUSTÓDIA CAUTELAR

De acordo com as informações prestadas (fls. 38), os autos revelam que o paciente **Luciano Gomes da Silva** foi denunciado, juntamente com **corréus, pela prática, em tese, do delito previsto no art. 121, §2º, I e IV, c/c art. 29 do Código Penal**.

Informado que a **prisão preventiva** foi decretada no dia 21/05/2013, por ocasião do recebimento da denúncia.



Com relação aos motivos que levaram ao decreto preventivo, ora guerreado, em consulta ao Sistema Judwin deste Egrégio Tribunal, constato que, em 21/05/2013, por ocasião do recebimento da denúncia, a medida foi adotada com os seguintes fundamentos (grifos nossos):

Processo nº 4329-93.2011

Acusados: ALDEMIR JOSÉ DA SILVA, LUCIANO GOMES DA SILVA e EMERSON SANTOS DE BRITO

DECISÃO

Vistos, etc...

De início, verifica-se que a parte autora possui legitimidade à propositura da Ação Penal, pois se trata de crime de Ação Penal Pública Incondicionada.

A denúncia preenche as formalidades do artigo 41 do CPP. A atrial contém a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação dos acusados, a individualização das condutas, a classificação do crime e rol testemunhal. Possui, ainda, lastro probatório mínimo, configurando-se justa causa para a Ação Penal. Assim sendo, recebo a denúncia, em todos os seus termos, em desfavor de:

1) ALDEMIR JOSÉ DA SILVA, conhecido como "DEMI", brasileiro, natural de Água Preta/PE, estofador, nascido no dia 29/08/1987, RG. Nº 7240443 SDS/PE, filho de José Júlio da Silva e Amara Maria da Silva, residente à Av. Nilo Coelho, nº 12, Jardim Brasil II, Olinda/PE;

2) **LUCIANO GOMES DA SILVA**, brasileiro, natural de Recife/PE, serviços gerais, nascido no dia 05/10/1986, RG. Nº 6397203 SDS/PE, filho de Antonio Gomes da Silva e Maria José da Silva, residente à Vila Vitória, nº 175, Jardim Brasil II, Olinda/PE;

3) EMERSON SANTOS DE BRITO, brasileiro, conhecido como "PEQUENO" ou "CICATRIZ", natural de Recife/PE, desempregado, nascido no dia 10/07/1990, portador da CTPS Nº 66.528, filho de Mário Ferreira de Brito e Vanusa Kátia Santos de Brito, residente à Vila Vitória, nº 71, próximo ao lixão, Jardim Brasil II, Olinda/PE.

Passo a apreciar o pedido de custódia preventiva lançada na exordial.

O Ministério Público quando do oferecimento da denúncia, requereu perante este juízo a decretação da Prisão Preventiva dos denunciados ALDEMIR JOSÉ DA SILVA, LUCIANO GOMES DA SILVA e EMERSON SANTOS DE BRITO, supra qualificados.

A peça atrial informa que no dia 16 de Novembro de 2011, por volta das 02:00 horas, na Rua Jonas Taurino, em frente ao imóvel de nº

502, Jardim Brasil II, nesta cidade, foi vítima de homicídio a pessoa de LUIZ FELIPE CAMPOS DE OLIVEIRA, ex vi da Perícia Tanatoscópica inserta nos autos.

O pedido do Parquet preenche os requisitos legais e veio acompanhado de documentos indispensáveis que comprovam a existência do delito.

A prisão preventiva, como medida de constrição provisória e cautelar, encontra-se com nova disciplina legal, com o advento da Lei 12403/11. Atualmente, para a decretação deste instituto, há de se respeitar sua nova natureza subsidiária (Art. 282, §6º, CPP), além de estarem presentes os seus pressupostos e fundamentos (Art. 312, CPP) e, também, seus requisitos de admissibilidade (Art. 313, CPP).

Hoje, para se decretar a prisão preventiva, há de se, primeiro, aferir se não seria mais adequada ou necessária a decretação de alguma/algumas das medidas cautelares diversas da prisão (Arts. 282 e 319, CPP).

Deste modo, com relação aos denunciados ALDEMIR JOSÉ DA SILVA, **LUCIANO GOMES DA SILVA** e EMERSON SANTOS DE BRITO, a **gravidade do crime externada não apenas pela sua natureza, mas também pelo modus operandi do agente não permite que outras medidas sejam determinadas no lugar da prisão, preenchendo-se, destarte, a supletividade da segregação cautelar imposta pelo Art. 282, §6º do CPP.**

Quanto à **admissibilidade da prisão preventiva**, a mesma encontra-se perfeitamente emoldurada na hipótese do inciso I do artigo 313 do Código de Processo Penal, haja vista estarmos tratando de, em tese, crime doloso punido com pena privativa de liberdade superior a 04 (quatro) anos.

Com relação a seus pressupostos (*periculun in mora*), **observe que estão presentes neste caso concreto, indícios de autoria e a prova da materialidade também se encontra consubstanciada nos autos.**

Quanto aos fundamentos (*fumus boni iuris*), a aplicação desta medida cautelar ganha corpo, visto que se mostra necessária **garantir a aplicação da Lei Penal**, no tocante aos denunciados. A medida, ainda, se faz necessária como **medida de conveniência - exigência - da instrução criminal e de garantia da ordem pública**, haja vista as **notícias trazidas aos autos de que os denunciados apresentam condutas bastante perigosas.**

Diante o exposto, **DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA** dos denunciados ALDEMIR JOSÉ DA SILVA, **LUCIANO GOMES DA SILVA** e EMERSON SANTOS DE BRITO, com fulcro nos Arts. 311, 312 e 313 do CPP.

Expeçam-se os MANDADOS DE PRISÃO PREVENTIVA, devendo os denunciados ficarem recolhidos no COTEL, à disposição deste Juízo. Defiro os requerimentos feitos pelo Ministério Público na Vestibular.

Em cumprimento à regra estabelecida no art. 406 do Código de Processo Penal, com redação dada pela Lei nº 11.689/08, citem-se os denunciados para apresentarem suas respostas à acusação, por escrito, no prazo legal.
CUMPRA-SE.

Olinda, 4 de junho de 2014.

Maria Segunda Gomes de Lima
Juíza de Direito.

Pelo que se observa da decisão que recebeu a denúncia e decretou a prisão, restou observado que a exordial acusatória preenche as formalidades do artigo 41 do CPP, expondo o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação dos acusados, a individualização das condutas, a classificação do crime e rol testemunhal, possuindo, ainda, lastro probatório mínimo, o que configura justa causa para a ação penal.

Como consignado pelo Parquet (fls. 77), 'diferentemente do alegado pelo impetrante, nos autos há indícios suficientes da participação ativa do paciente na prática do crime', **não merecendo prosperar a alegação de que não subsiste a acusação.**

Quanto aos **motivos para a medida restritiva**, melhor sorte não assiste o impetrante.

A decisão sob enfoque está devidamente fundamentada. Foi ressaltado que os **indícios de autoria** e a **prova da materialidade** se encontram consubstanciados nos autos, e que a aplicação da medida cautelar ganha corpo, como forma de **garantir a aplicação da Lei Penal e medida de conveniência** – exigência - da **instrução criminal** e da **garantia da ordem pública**, haja vista as notícias trazidas aos autos de que **os denunciados apresentam condutas bastante perigosas.**

No que tange às alegadas **condições pessoais do paciente**, supostamente favoráveis, deve ser ressaltado que elas, por si sós, não são suficientes para elidir a manutenção da segregação cautelar quando a

Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

necessidade desta restar devidamente demonstrada, nos termos do art. 312 do CPP.

Nessa esteira de entendimento, reiteradamente tem se manifestado o Colendo STJ:

RECURSO EM "HABEAS CORPUS". ASSOCIAÇÃO AO TRÁFICO DE DROGAS. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PLEITO PELA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. **CIRCUNSTÂNCIAS AUTORIZADORAS PRESENTES. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA.** PEDIDO PARA SUBSTITUIR A PRISÃO CAUTELAR POR DOMICILIAR. ANÁLISE DE MATÉRIA NÃO DEBATIDA NA ORIGEM. OCORRÊNCIA DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRECEDENTES. 1. (...) 2. O Superior Tribunal de Justiça, em orientação uníssona, entende que **persistindo os requisitos autorizadores da segregação cautelar (art. 312, CPP), é despidendo o recorrente possuir condições pessoais favoráveis.** 3. (...) 4. Recurso em "habeas corpus", em parte, conhecido e nesta extensão não provido. (RHC 44.507/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, julgado em 11/02/2014, DJe 17/02/2014)

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. DESCABIMENTO. (...). **CONDIÇÕES PESSOAIS DESFAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA.** AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE QUE, EVENTUALMENTE, PUDESSE ENSEJAR A CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. 1. (...) 4. **As condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa, não têm o condão de, por si sós, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema.** 5. Ausência de ilegalidade flagrante que, eventualmente, ensejasse a concessão da ordem de ofício. 6. Ordem de habeas corpus não conhecida. (HC 276.810/MS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 04/02/2014, DJe 17/02/2014)

E não custa registrar de que, consultando o Sistema Judwin deste Tribunal, constatei que o ora paciente também responde aos autos do proc. nº. 00043-21.2012.8.17.0990.

Afasto, pois, a alegação de que não existem motivos para a acusação e para a custódia cautelar.

DA TESE DE NEGATIVA DE AUTORIA

Quanto a alegação de que o paciente **não praticou a conduta delitiva descrita na exordial acusatória**, a realidade é que, como já se posicionou a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, **não se mostra possível, na via ora utilizada, avaliar teses de negativa de autoria**, tendo em vista que, para tanto, seria necessário um exame aprofundado das provas carreadas aos autos.

Estamos diante de um instrumento de cognição sumária que, a par de demandar prova pré-constituída de todo o alegado na missiva, não admite a discussão de qualquer matéria que demande produção e análise de provas.

Na verdade, toda e qualquer discussão relativa à participação na prática delituosa deve ser reservada ao processo crime, com a devida instrução, por ser o momento oportuno para que a defesa técnica seja apresentada e faça provas em favor da paciente, sendo, portanto, a presente medida via imprópria para suscitar tais alegações.

Outro não é o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça:

HABEAS CORPUS. (...) 2. **A análise acerca da negativa de autoria e da fragilidade probatória veiculada na inicial é questão que não pode ser dirimida na via sumária do habeas corpus, por demandar o reexame aprofundado das provas colhidas no curso da instrução criminal.** 3. (...) (HC 247.955/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 12/03/2013, DJe 20/03/2013) (grifos e omissões nossos).

Ainda assim, não custa registrar que, **para fins de prisão cautelar, a exigência é que haja prova da materialidade e indícios suficientes de autoria, e não prova cabal da mesma, servindo esta última para embasar uma eventual condenação.**

Trago à baila jurisprudência firmada pelo colendo Superior Tribunal de Justiça:

HABEAS CORPUS. (...) TRÁFICO DE ENTORPECENTES. ASSOCIAÇÃO PARA O NARCOTRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. PRETENDIDA REVOGAÇÃO. MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DA AUTORIA DELITIVA. FRAGILIDADE PROBATÓRIA. INVIABILIDADE DE EXAME NA VIA ELEITA. CRIME DE PERIGO ABSTRATO. LESÃO À SAÚDE PÚBLICA. REQUISITOS. PREENCHIMENTO. CIRCUNSTÂNCIAS QUE EVIDENCIAM A EXISTÊNCIA DE ESTRUTURADA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA ENVOLVENDO A DISTRIBUIÇÃO DE DROGAS NAS FAVELAS E HOMICÍDIOS ENTRE FACÇÕES CRIMINOSAS. POTENCIALIDADE LESIVA DAS INFRAÇÕES. GRAVIDADE CONCRETA. NECESSIDADE DE ACAUTELAMENTO DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA E CONSTITUCIONAL. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA. 1. Para a decretação da prisão preventiva, não se exige prova concludente da autoria delitiva, reservada à condenação criminal, mas apenas indícios suficientes desta, que, pelo cotejo dos elementos que instruem o mandamus, se fazem presentes. 2. A análise acerca da negativa de autoria e da fragilidade probatória veiculada na inicial é questão que não pode ser dirimida na via sumária do habeas corpus, por demandar o reexame aprofundado das provas colhidas no curso da instrução criminal. (...) 2. Habeas Corpus não conhecido. (HC 247.955/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 12/03/2013, DJe 20/03/2013) (grifos e omissões nossos).

Ademais, *in casu*, consta na decisão que converteu o flagrante e decretou a prisão (fls.46) que '**estão presentes neste caso concreto, indícios de autoria e a prova da materialidade também se encontra consubstanciada nos autos**'.

Não conheço, pois, da tese de negativa de autoria levantada pelo impetrante.

DO SUPOSTO EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA

Com relação ao andamento do feito, informado pelo Juízo *a quo* que a prisão preventiva foi decretada em 21/05/2013; o paciente Luciano Gomes não apresentou resposta à acusação, tendo sido nomeado defensor dativo para este fim; posteriormente, a resposta à acusação foi apresentada; foi realizada colheita de provas, bem como o interrogatório do paciente; apresentadas alegações finais pelo *parquet*, o processo está no aguardo da

apresentação por parte da defesa dos denunciados, inclusive do paciente, intimados desde 05/05/2014.

Pelo que se observa, o Judiciário tem se pronunciado e impulsionando o feito sempre que necessário, não se podendo atribuir ao Juízo qualquer responsabilidade pelo retardo na conclusão da instrução.

Não se pode perder de vista que o tempo firmado pela jurisprudência pátria para a conclusão da instrução não é rígido ou absoluto, podendo sofrer dilação, desde que de forma justificada.

Ademais, complexidade do feito e pluralidade de réus justificam eventual dilação no andamento, nos limites da razoabilidade.

Nesse sentido:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. DESCABIMENTO. MODIFICAÇÃO DA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DO STJ, EM CONSONÂNCIA COM ORIENTAÇÃO ADOTADA PELO PRETÓRIO EXCELSO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. DEMORA JUSTIFICADA. COMPLEXIDADE DO FEITO, PLURALIDADE DE RÉUS E EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA E SUFICIENTE. MODUS OPERANDI. PERICULOSIDADE DO AGENTE. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INVIABILIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. – (...). - Consoante entendimento pacificado nesta Corte, eventual excesso de prazo não resulta de simples operação aritmética, devendo ser analisado à luz do princípio da razoabilidade, sendo certo que é permitido ao juiz, diante da complexidade do caso, extrapolar os limites estabelecidos em lei para conclusão da instrução criminal. - Complexidade do feito, pluralidade de réus e a expedição de cartas precatórias justificam a dilação do prazo para formação da culpa, nos limites da razoabilidade. – (...) Habeas corpus não conhecido. (HC 212.472/MT, Rel. Ministra MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE), QUINTA TURMA, julgado em 26/02/2013, DJe 04/03/2013) (grifos e omissões nossos).

O próprio Superior Tribunal de Justiça, reconhecendo a necessidade de certa flexibilização na condução dos feitos, já se posicionou no sentido de

que somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo quando este for motivado por descaso injustificado do Juízo, o que não se verifica na presente hipótese.

Nesse sentido:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. (....)2. Somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo, quando este for motivado por descaso injustificado do Juízo, o que não se verifica na presente hipótese. 3. (....) Pedido liminar prejudicado. (RHC 37.440/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 25/06/2013, DJe 01/08/2013) (grifos e omissões nossos).

Na verdade, *in casu*, como pontuado pelo Ministério Público (fls. 78), depreende-se dos autos que **já foram apresentadas as alegações finais do Ministério Público, aguardando-se apenas as das defesas**, as quais, diga-se de passagem, foram intimadas desde 05/05/2014, não havendo, portanto, que se falar em constrangimento ilegal por excesso de prazo.

A hipótese comporta mesmo é a aplicação da jurisprudência do **Superior Tribunal de Justiça**, consolidada na **Súmula 52**, no sentido de que, encerrada a instrução, fica superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Afasto, pois, também a alegação de constrangimento ilegal por suposto excesso de prazo na formação da culpa.

DO PEDIDO DE APLICAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES PREVISTAS EM LEI

Quanto ao pedido de concessão de uma das medidas cautelares diversas da prisão, tenho que, **estando presente a necessidade concreta da manutenção da custódia cautelar, as medidas cautelares diversas da prisão (art. 319 do CPP) não se mostram suficientes e adequadas à prevenção e repressão do crime apurado**, razão pela qual são inaplicáveis ao caso em análise.

No mesmo sentido aqui adotado:




HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. REINCIDÊNCIA ESPECÍFICA. REAL POSSIBILIDADE DE REITERAÇÃO CRIMINOSA. MEDIDAS CAUTELARES. ART. 319 DO CPP. NÃO CABIMENTO. ORDEM NÃO CONHECIDA. - O Superior Tribunal de Justiça, seguindo o entendimento da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, passou a inadmitir habeas corpus substitutivo de recurso próprio, ressalvando, porém, a possibilidade de concessão da ordem de ofício nos casos de flagrante constrangimento ilegal. - No caso, a prisão preventiva foi devidamente decretada para a garantia da ordem pública, tendo em vista a real possibilidade de reiteração criminosa, uma vez que se trata de paciente envolvido com o tráfico de drogas, sendo reincidente nessa espécie de delito. - Estando presente a necessidade concreta da manutenção da custódia cautelar, a fim de garantir a ordem pública e ante a gravidade dos fatos, as medidas cautelares diversas da prisão (art. 319 do CPP) não se mostram suficientes e adequadas à prevenção e repressão do crime de tráfico de drogas, razão pela qual são inaplicáveis ao caso em análise. Habeas corpus não conhecido. (HC 255.725/RS, Rel. Ministra MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE), QUINTA TURMA, julgado em 09/04/2013, DJe 15/04/2013).

Há de ser mantida a prisão preventiva decretada.

Com as considerações postas, não conheço da alegação de negativa da autoria, e, na parte conhecida da medida, em anuência ao entendimento exarado pela douta Procuradora de Justiça, **voto pela denegação da ordem.**

É como voto.

Recife, 04 de junho de 2014.


Des. Claudio Jean Nogueira Virginio
Relator Substituto